



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Considerando o sistema de governo presidencialista, o ato de fazer alianças e acordos entre diferentes forças políticas no parlamento em busca da governabilidade, é uma característica típica do denominado presidencialismo
- (A) mitigado.
 - (B) de coalizão.
 - (C) misto.
 - (D) impuro.
 - (E) democrático.
- 02.** No tocante ao exercício da jurisdição constitucional, em que se emite um juízo sobre a compatibilidade ou não de uma lei em face da Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla hipótese que demanda a aplicação da cláusula de reserva de plenário.
- (A) Em decisão de inconstitucionalidade fundada em jurisprudência do STF.
 - (B) Em declaração de inconstitucionalidade de uma norma por juiz singular.
 - (C) Na decisão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade estadual.
 - (D) Na decisão de inconstitucionalidade das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.
 - (E) Na declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.
- 03.** Suponha que o Município pretenda editar uma lei que proíba a nomeação pela Administração Pública Direta e Indireta de pessoas condenadas em definitivo pela Lei Maria da Pena.
- Segundo o que dispõe a Carta Magna brasileira e o entendimento do STF, nesse caso, é correto afirmar que essa lei
- (A) seria inconstitucional por invasão de competência da União, uma vez que se trata de matéria de direito penal.
 - (B) poderia ser proposta de iniciativa dos Vereadores, com base no princípio constitucional da moralidade.
 - (C) teria que ser proposta pelo Prefeito, tendo em vista que se trata de matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Executivo.
 - (D) seria inconstitucional, ainda que de iniciativa do Prefeito, por violação do princípio da isonomia.
 - (E) seria constitucionalmente válida apenas para os cargos da Administração Direta do Município.
- 04.** O procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos pelo Brasil se dá em quatro fases, que são as seguintes:
- (A) da assinatura, da aprovação congressional ou do decreto legislativo, da ratificação e do decreto presidencial ou do decreto de promulgação.
 - (B) da assinatura, da promulgação da aprovação parlamentar ou do decreto legislativo, da homologação e da publicação.
 - (C) da adesão, da aprovação congressional ou legislativa, da ratificação e do decreto de publicação.
 - (D) da adesão, da ratificação parlamentar ou do decreto legislativo, da homologação e do decreto presidencial.
 - (E) da adesão, da assinatura, da homologação parlamentar e do decreto presidencial de ratificação.
- 05.** No tocante à evolução e às características dos direitos fundamentais, é correto afirmar que, em relação às pessoas jurídicas,
- (A) o entendimento pacífico do STF é de que as pessoas jurídicas de direito público têm o direito de obter a reparação de danos morais em face de particulares.
 - (B) os direitos fundamentais são destinados às pessoas humanas e, pela sua natureza, portanto, as pessoas jurídicas não podem ser titulares desse tipo de direito.
 - (C) direitos fundamentais de índole material, como o direito de propriedade, são garantidos às pessoas jurídicas, mas elas não podem titularizar direitos de âmbito imaterial.
 - (D) ainda que possa haver a responsabilidade penal de pessoas jurídicas, não lhe aproveita a garantia constitucional do *habeas corpus*.
 - (E) é cediço que todo e qualquer direito de titularidade da pessoa humana também deve ser garantido às pessoas jurídicas.
- 06.** Segundo o que a Constituição Federal estabelece, se o Município pretender explorar o serviço local de gás canalizado, é correto afirmar que
- (A) poderá fazê-lo, diretamente ou mediante concessão, exigida a sua regulamentação por lei complementar.
 - (B) não poderá fazê-lo, uma vez que se trata de matéria de competência da União, que poderá regulamentá-lo por medida provisória.
 - (C) não poderá fazê-lo, uma vez que se trata de matéria de competência do Estado, sendo vedada a sua regulamentação por medida provisória.
 - (D) não poderá fazê-lo, uma vez que se trata de matéria de competência da União, sendo vedada a sua regulamentação por medida provisória.
 - (E) não poderá fazê-lo, uma vez que se trata de matéria de competência do Estado, exigida a sua regulamentação por lei complementar.

- 07.** Assinale a alternativa que correta e respectivamente indica as espécies normativas exigidas pelo texto constitucional para disciplinar as seguintes matérias: fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros; e autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de riquezas minerais.
- (A) Lei ordinária para ambas.
 - (B) Decreto legislativo e resolução do Congresso Nacional.
 - (C) Resolução e decreto legislativo.
 - (D) Decreto legislativo e lei ordinária.
 - (E) Decreto legislativo para ambas.
- 08.** Assinale a alternativa correta a respeito do Tribunal de Contas da União.
- (A) É uma das suas competências julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, com base em parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (B) Compete a ele apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (C) No caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, ele poderá aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, entre outras, multa proporcional ao dano causado ao erário e suspensão dos direitos políticos.
 - (D) Verificada ilegalidade, cabe a ele assinar prazo para que o órgão ou entidade cumpra a lei, e, se não atendido, sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - (E) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa serão objeto de cobrança judicial pelo Ministério Público, que poderá requerer a indisponibilidade de bens dos investigados para garantia da dívida.
- 09.** No que tange ao aspecto da laicidade do Estado brasileiro, bem como a liberdade religiosa, garantida pela Constituição da República, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre o ensino religioso nas escolas públicas que
- (A) é vedado o ensino religioso nas escolas públicas por se constituir em prática contrária ao princípio do Estado laico.
 - (B) deve ser facultativo e pode ter natureza confessional, podendo haver admissão de professores que representem confissões religiosas específicas.
 - (C) pode ser obrigatório e ter natureza confessional, inclusive com a admissão de professores que representem confissões religiosas específicas.
 - (D) deve ser facultativo e pode ter natureza confessional, mas não pode haver admissão de professores que representem confissões religiosas específicas.
 - (E) fica a critério de cada Estado da federação disciplinar a matéria, sendo vedado, apenas, que o ensino religioso seja de frequência compulsória.
- 10.** Considerando o que estabelece a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o processo legislativo.
- (A) Se a medida provisória não for apreciada pelo Congresso Nacional em até 45 dias após a sua publicação, ela perderá a sua eficácia.
 - (B) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
 - (C) Se o veto do Presidente da República não for mantido pelo plenário, será o respectivo projeto enviado, para promulgação, pela Mesa do Congresso Nacional.
 - (D) Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a matéria reservada à medida provisória.
 - (E) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

11. Suponha que o Município tenha concedido integralmente a uma empresa o serviço de coleta de esgoto urbano e esta tenha, na execução do serviço público, por sua culpa exclusiva, causado poluição em um rio que passa pelo Município.

Nessa situação hipotética, considerando o regime jurídico da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) o Município é responsável solidariamente com a concessionária do serviço público pelos danos causados.
- (B) a concessionária, que agiu com culpa exclusiva, é a única responsável pelos danos causados.
- (C) a concessionária é responsável exclusiva pelos danos causados, mas terá o direito de regresso contra o Município se este falhou na fiscalização do serviço.
- (D) o Município somente será responsabilizado de forma solidária com a concessionária se esta for uma pessoa jurídica de direito público.
- (E) o Município tem a responsabilidade principal pelos danos causados e a concessionária, responsabilidade subsidiária.

12. Bento é Deputado Federal e informou ao seu partido político que está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei que ele entende ser inconstitucional e, assim, pede providências judiciais ao partido para tentar barrar a tramitação do referido projeto.

Nessa situação hipotética, considerando o direito processual constitucional, bem como o processo legislativo brasileiro e a jurisprudência consagrada do STF, é correto afirmar que o

- (A) partido político poderá impetrar um mandado de segurança para impedir a tramitação do projeto de lei se houver violação do devido processo legislativo.
- (B) parlamentar deverá aguardar a eventual aprovação do projeto de lei e, mesmo antes da sua entrada em vigor, poderá ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) parlamentar deverá aguardar a eventual aprovação do projeto de lei e, depois da sua entrada em vigor, poderá ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) partido político ou o parlamentar deverá protocolar uma representação perante o Procurador-Geral da República para que este ajuíze a ação competente para impedir a tramitação do projeto.
- (E) parlamentar poderá impetrar um mandado de segurança para impedir a tramitação do projeto, se houver violação do devido processo legislativo.

13. Suponha que um servidor público tenha participado ativamente de um procedimento relacionado à licitação em prol do órgão a que está lotado, mas esse procedimento está sendo questionado administrativa e judicialmente.

Nessa situação hipotética, considerando o que dispõe a Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que a representação para a defesa desse servidor

- (A) será feita, a critério do servidor, em ambas as esferas, pela advocacia pública, desde que ele tenha observado estritamente a orientação constante em regular parecer jurídico.
- (B) deverá ser feita pela advocacia pública, apenas na esfera judicial, desde que ele tenha observado estritamente a orientação constante em regular parecer jurídico.
- (C) deverá ser feita pela advocacia pública, apenas na esfera administrativa, desde que ele tenha observado estritamente a orientação constante em regular parecer jurídico.
- (D) será feita, a critério da administração, em ambas as esferas, pela advocacia pública, desde que ele tenha observado estritamente a orientação constante em regular parecer jurídico.
- (E) não poderá ser feita pela advocacia pública, em nenhuma hipótese, devendo a sua defesa judicial e administrativa ser promovida por meio de seu advogado particular.

14. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, a ilícita nomeação ou indicação política, por parte dos detentores de mandatos eletivos,

- (A) configura improbidade administrativa, independentemente de dolo ou culpa.
- (B) configura improbidade administrativa, se houve dolo com finalidade ilícita.
- (C) não configura improbidade administrativa, salvo se houve ato culposo e dano ao erário.
- (D) configura improbidade administrativa, bastando a ocorrência de dano ao erário.
- (E) é causa de cassação automática do mandato por expressa disposição da lei.

15. No tocante aos poderes do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo entendimento do STF, é correto afirmar que o TCU
- (A) é competente para controlar atos do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - (B) é competente para controlar atos do Conselho da Justiça Federal (CJF), mas não do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - (C) é competente para controlar atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas não do Conselho da Justiça Federal (CJF).
 - (D) é competente para controlar atos do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apenas no âmbito orçamentário e financeiro.
 - (E) não tem competência para controlar atos do Conselho da Justiça Federal (CJF) nem do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Considerando o regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado, no tocante aos atos praticados por tabeliães e registradores oficiais, que, no exercício de suas funções, causem danos aos seus usuários, é correto afirmar que o
- (A) tabelião ou registrador responde de forma objetiva e o Estado é responsável subsidiariamente, desde que o patrimônio do titular da serventia não garanta o completo ressarcimento.
 - (B) tabelião ou registrador responde solidária e conjuntamente com o Estado pelos danos causados.
 - (C) Estado responde objetivamente, havendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
 - (D) respectivo cartório ou serventia, como pessoa jurídica, responde de forma objetiva pelos danos causados, não havendo responsabilidade do Estado.
 - (E) tabelião ou registrador, nos casos de dolo ou culpa, responde, pessoalmente, de forma subjetiva pelos danos causados, não havendo responsabilidade do Estado.
17. A Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regula o procedimento de licitação em relação a essas entidades, dispondo, nesse sentido, que podem ser utilizados procedimentos auxiliares das licitações, sendo um deles
- (A) o diálogo competitivo.
 - (B) o leilão virtual.
 - (C) a pré-qualificação permanente.
 - (D) a habilitação pactuada.
 - (E) o pregão eletrônico antecipado.

18. Assinale a alternativa correta sobre o processo administrativo.
- (A) Tendo em vista o princípio da isonomia, a Administração não pode produzir provas de ofício no processo de caráter sancionatório.
 - (B) Em face do princípio da supremacia do interesse público, é vedado que o recurso administrativo seja dotado de efeito suspensivo.
 - (C) A autoridade decisória não está vinculada ao parecer da comissão processante, podendo, inclusive, aplicar sanção mais grave do que a sugerida pela comissão.
 - (D) Na fase de instrução, em face do princípio da ampla defesa, é vedado à comissão processante indeferir a produção de provas da parte interessada.
 - (E) Uma vez obtidas provas pela Administração na sindicância, elas não poderão ser novamente produzidas na instrução do respectivo processo administrativo.
19. O Município celebrou contrato de consórcio público, em que haverá gestão associada de serviços públicos, nos termos da Lei nº 11.107/2005, sendo que no referido instrumento constaram diversas cláusulas, todavia uma delas é nula. Assim, assinale a alternativa que aponta qual seria essa cláusula que estaria em contrariedade à referida legislação.
- (A) Aquela que estabelece contribuições financeiras do Município ao consórcio.
 - (B) Aquela que prevê a doação de bens móveis ou imóveis pelo Município ao Consórcio.
 - (C) Cláusula que prevê transferências ou cessões de direitos do Município ao consórcio.
 - (D) Cláusula que prevê a cessão de servidores públicos municipais ao consórcio.
 - (E) Aquela que estabelece que o consórcio público terá a personalidade jurídica de direito privado.
20. Suponha que num consórcio público formado por dois entes um deles pretenda dele se retirar. Nessa situação hipotética, o Decreto Federal nº 6.017/07 dispõe que
- (A) não poderá fazê-lo até o término do prazo previsto em contrato.
 - (B) poderá fazê-lo por ato formal de seu representante na assembleia geral, mas o consórcio será extinto.
 - (C) poderá fazê-lo por notificação prévia de trinta dias, extinguindo-se as obrigações constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.
 - (D) poderá fazê-lo por notificação prévia de trinta dias, e as obrigações do consórcio permanecerão de responsabilidade do ente consorciado remanescente.
 - (E) poderá fazê-lo por notificação prévia de trinta dias, e o consórcio será extinto ao final do contrato.

- 21.** Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.637/98 (Lei das Organizações Sociais), quanto ao fomento às atividades sociais, é correto afirmar que
- (A) as organizações sociais poderão ser declaradas como entidades de utilidade pública, desde que autorizadas pelo Chefe do respectivo Poder Executivo e que atuem nas áreas da saúde e da educação.
 - (B) poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão às organizações sociais.
 - (C) é facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, sem ônus para a origem.
 - (D) poderão ser destinados bens públicos às organizações sociais, exigida a licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.
 - (E) esta deverá conceder-lhe gratificação especial por atividade benemérita na eventualidade de algum servidor público vir a ser cedido para a organização social.
- 22.** Na hipótese de o Município pretender firmar um instrumento jurídico com uma entidade qualificada como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinada à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público, nos moldes da Lei Federal nº 9.790/99, ele deverá fazê-lo por meio de
- (A) Parceria Público-Privada.
 - (B) Contrato de Gestão.
 - (C) Diálogo Competitivo.
 - (D) Contrato Administrativo.
 - (E) Termo de Parceria.
- 23.** Segundo o disposto no Decreto Federal nº 3.100/1999, o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será dirigido, pela pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos,
- (A) ao Gabinete do Prefeito Municipal.
 - (B) à Secretaria Estadual da Justiça.
 - (C) ao Ministério da Educação.
 - (D) ao Ministério da Justiça.
 - (E) ao Ministério da Fazenda.
- 24.** Simplício é servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, todavia ele veio a ser demitido por meio de decisão definitiva em processo administrativo disciplinar. Como a sua conduta poderia ser considerada, também, um crime, ele veio a ser processado na justiça criminal. Nessa, contudo, ele foi absolvido pela justiça em decisão transitada em julgado.
- Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que Simplício
- (A) terá que ser reintegrado automaticamente ao serviço público em decorrência da decisão da justiça criminal, independentemente do seu fundamento.
 - (B) não terá direito de ser reintegrado ao serviço público, tendo em vista a independência de instâncias na apuração da infração disciplinar e da conduta delituosa.
 - (C) deverá ser reintegrado ao serviço público na hipótese de a decisão criminal, por exemplo, ter reconhecido a inexistência do fato.
 - (D) poderá ser reintegrado ao serviço público na hipótese de a decisão criminal ter sido de absolvição por ausência de provas.
 - (E) terá direito de ser reintegrado ao serviço público apenas na hipótese de a decisão criminal tê-lo absolvido, porque reconheceu que ele não foi o autor da infração.
- 25.** Tendo em vista o regime jurídico constitucional e o entendimento do Superior Tribunal Federal (STF) a respeito da matéria, assinale a alternativa correta sobre o direito de greve dos servidores públicos.
- (A) Embora o direito de greve dos servidores públicos conte com assento constitucional, ele depende de aprovação de lei específica para autorizar o seu pleno exercício.
 - (B) Ainda que não haja lei disciplinando o seu exercício, o direito de greve dos servidores pode ser exercido livremente, não podendo a administração pública proceder ao desconto dos dias de paralisação.
 - (C) É permitida a greve dos servidores públicos, mas a administração pública pode proceder ao desconto dos dias de paralisação, permitida a compensação em caso de acordo.
 - (D) Após acalorados debates sobre a matéria, o STF decidiu que é constitucional o exercício do direito de greve por parte de policiais civis, sendo, contudo, tal exercício, vedado aos polícias militares.
 - (E) É permitida a greve dos servidores públicos, mas a administração pública pode proceder ao desconto dos dias de paralisação, não sendo permitida a compensação.

26. A Constituição Federal dispõe, a respeito dos servidores públicos, que poderão ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria, entre outros, de ocupantes do cargo de
- (A) agente penitenciário e de agente socioeducativo.
 - (B) agente policial e a categoria dos agentes de saúde.
 - (C) categoria de professores e de médicos.
 - (D) agente socioeducativo e a categoria dos médicos.
 - (E) categoria dos professores, dos enfermeiros e dos médicos.
27. Caso o chefe de uma repartição pública tenha que expedir um ato administrativo interno com determinações gerais a seus subordinados, ele deverá, nesse sentido, expedir um (a)
- (A) resolução.
 - (B) decreto.
 - (C) portaria.
 - (D) despacho normativo.
 - (E) parecer.
28. Selma é servidora pública e está respondendo a um processo administrativo, com base na Lei nº 9.784/1999. Todavia, ela descobriu que Sueli, a autoridade responsável pela condução do processo, tem inimizade notória com uma prima em terceiro grau de Selma e, com receio de que possa lhe prejudicar, apresentou pedido de afastamento de Sueli do referido processo. Considerando essa situação hipotética e com base na referida legislação, é correto afirmar que a situação narrada
- (A) não configura hipótese de impedimento nem de suspeição, podendo Sueli ser mantida na condução do processo.
 - (B) configura hipótese de suspeição de Sueli e, se o pedido de Selma for indeferido, ela poderá apresentar recurso, sem efeito suspensivo.
 - (C) configura hipótese de impedimento de Sueli e, se o pedido de Selma for indeferido, ela poderá apresentar recurso, sem efeito suspensivo.
 - (D) configura hipótese de suspeição de Sueli e, se o pedido de Selma for indeferido, ela poderá apresentar recurso, com efeito suspensivo.
 - (E) configura hipótese de impedimento de Sueli e, se o pedido de Selma for indeferido, ela poderá apresentar recurso, com efeito suspensivo.
29. Conforme dispõe a Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse sentido, considerando as competências do referido órgão fiscalizador, a partir da data que receber as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, o TCU deverá elaborar o respectivo parecer prévio no prazo de
- (A) trinta dias.
 - (B) sessenta dias.
 - (C) setenta dias.
 - (D) noventa dias.
 - (E) cento e vinte dias.
30. Na hipótese de o Tribunal de Contas da União constatar caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, a Constituição Federal estabelece expressamente que deverão ser aplicadas aos responsáveis as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações,
- (A) prisão.
 - (B) suspensão dos direitos políticos.
 - (C) perda do cargo.
 - (D) multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - (E) proibição de contatar com o poder público.
31. Uma das formas de extinção dos atos administrativos ocorre quando o beneficiário ou destinatário de um ato válido descumpra as condições para a sua manutenção. Nessa hipótese, é correto afirmar que essa forma de extinção se dá por meio da
- (A) caducidade e opera efeitos *ex nunc*.
 - (B) cassação e opera efeitos *ex tunc*.
 - (C) caducidade e opera efeitos *ex tunc*.
 - (D) cassação e opera efeitos *ex nunc*.
 - (E) contraposição e opera efeitos *ex nunc*.

32. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11), os entes públicos devem agir para assegurar o acesso às informações e promover a sua divulgação. Contudo, os Municípios com população de até dez mil habitantes ficam dispensados da
- (A) divulgação obrigatória de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas em sítios oficiais na internet.
 - (B) obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira.
 - (C) realização de audiências ou consultas públicas para divulgação e para garantia de acesso a informações públicas.
 - (D) obrigação de garantir o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
 - (E) necessidade de prestar informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como os contratos celebrados.
33. Assinale a alternativa que apresenta aplicação correta do tratamento de dados pessoais segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18).
- (A) Realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
 - (B) Realizado para fins exclusivamente jornalístico e artísticos.
 - (C) Realizado para fins exclusivos de segurança pública.
 - (D) Realizado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais.
 - (E) Realizado por atividade que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços no território nacional.
34. Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias.
- (A) Possuem imunidade tributária relativa a impostos e taxas.
 - (B) Seus bens são públicos, sendo, portanto, inalienáveis quando forem de uso comum ou dominiais.
 - (C) Respondem objetivamente pelos seus atos danosos, enquanto o Estado assume a responsabilidade subsidiária, esgotados os recursos autárquicos.
 - (D) Seus atos são administrativos, portanto, dotados de presunção de legitimidade, mas não possuem o atributo da imperatividade nem da autoexecutoriedade.
 - (E) Possuem prazo processual em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
35. Com relação à Responsabilidade Extracontratual do Estado, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sumulado no sentido de que
- (A) não são cumuláveis indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.
 - (B) incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do ajuizamento da ação.
 - (C) os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em caso de responsabilidade extracontratual.
 - (D) não cabem danos morais contra o Estado, salvo se o agente público agiu com dolo ou culpa.
 - (E) a correção monetária e os juros compensatórios podem ser acumulados na indenização extrapatrimonial.

DIREITO CIVIL

36. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, regula a capacidade para suceder a lei do
- (A) domicílio do herdeiro ou legatário.
 - (B) domicílio do defunto ou desaparecido.
 - (C) local de nascimento do defunto ou desaparecido.
 - (D) local onde estão situados os bens do defunto ou desaparecido.
 - (E) local em que ocorreu o falecimento ou desaparecimento.

37. A União publicou a Lei nº 123 que trata, dentre outros assuntos, sobre a obrigatoriedade de utilização de colete refletivo pelos motoristas de aplicativo, com entrada em vigor imediata. Poucos dias depois, a União publicou a Lei nº 456 que estabeleceu a obrigatoriedade de utilização de colete refletivo para todos os motoristas, sem estabelecer quando esta medida entraria em vigor.

De acordo com o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Por trazer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, a Lei nº 456 não revoga ou modifica a Lei nº 123, sendo certo que os motoristas de aplicativo deverão utilizar o colete refletivo imediatamente.
- (B) A Lei nº 123 será revogada assim que a Lei nº 456 entrar em vigor.
- (C) Por ser a Lei nº 456 incompatível com a Lei nº 123, os motoristas de aplicativo, assim como todos os demais, só serão obrigados a utilizar o colete refletivo quarenta e cinco dias após a publicação da Lei nº 456.
- (D) Se a Lei nº 456 for admitida em Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da utilização do colete refletivo se inicia noventa dias após a sua publicação no Brasil.
- (E) Se após a entrada em vigor da Lei nº 456 houver uma correção de texto, as modificações passarão a vigorar imediatamente, salvo disposição contrária.

38. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Em caso de uso indevido do nome da pessoa com intuito comercial, o dano moral é *in re ipsa*.
- (B) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, exigindo-se, para tanto, além da manifestação de vontade do indivíduo, autorização judicial.
- (C) Não é possível a modificação do nome civil em decorrência do direito à dupla cidadania, em atendimento aos princípios da verdade real e da simetria.
- (D) O direito ao nome, enquanto atributo dos direitos da personalidade, torna possível o restabelecimento do nome de solteiro após a dissolução do vínculo conjugal apenas nos casos de divórcio ou anulação.
- (E) É necessária a prova inequívoca da má-fé da publicação para ensejar a indenização pela ofensa ao nome.

39. A emancipação pode ser concedida

- (A) mediante instrumento público ou particular assinado pelas partes e por duas testemunhas.
- (B) por instrumento público, desde que mediante homologação judicial.
- (C) a partir dos quinze anos completos, nos casos em que o menor tenha economia própria em razão da existência de relação de emprego.
- (D) por sentença do juiz, dispensada, nesses casos, a oitiva do tutor.
- (E) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

40. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. Acerca da interpretação do negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia admitem interpretação extensiva e analógica, quando corroborada por outros elementos.
- (B) a interpretação deve lhe atribuir o sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- (C) em caso de dúvida, deve ser interpretado de forma mais benéfica à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- (D) a interpretação deve corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica, consideradas as informações disponíveis posteriormente ao momento de sua celebração.
- (E) as partes não podem livremente pactuar acerca das regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

41. As condições fisicamente impossíveis, quando resolutivas
- (A) invalidam apenas a cláusula condicional, subsistindo o contrato.
 - (B) invalidam a cláusula condicional e contaminam todo o contrato, que, por essa razão, não pode subsistir.
 - (C) são consideradas inexistentes, permanecendo válido o negócio jurídico subjacente.
 - (D) são ineficazes apenas em relação à cláusula condicional, subsistindo o contrato.
 - (E) são ineficazes e contaminam todo o contrato que, por essa razão, não pode subsistir.
42. A legítima defesa putativa é considerada ato
- (A) ilícito.
 - (B) lícito, ocorrendo a isenção de responsabilidade do agente pelos danos provocados.
 - (C) lícito, sendo certo que o agente deve reparar o dano, mas terá ação regressiva contra o injusto ofensor.
 - (D) lícito, mas não exime o ofensor da obrigação de indenizar o dano.
 - (E) lícito, e, portanto, subsiste a obrigação de indenizar as consequências da extrapolação.
43. É entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça que o direito à indenização por danos morais
- (A) não se transmite com o falecimento do titular.
 - (B) se transmite com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima apenas legitimidade ativa para ajuizar ação indenizatória.
 - (C) e materiais transmitem-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima apenas legitimidade para prosseguir com a ação indenizatória.
 - (D) e materiais transmitem-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima apenas legitimidade ativa para ajuizar ação indenizatória.
 - (E) se transmite com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
44. Josué estava à procura de um imóvel para morar com a sua família. Mariana, sua vizinha, possui um apartamento que está à venda. O apartamento é muito bonito e Josué se interessa por ele. Mariana afirma que o apartamento está em excelente estado e que é uma ótima oportunidade de investimento. No entanto, Mariana sabe que o apartamento tem alguns problemas estruturais e mesmo assim ela esconde essa informação de Josué para que ele feche o negócio. Passados cinco anos da realização do negócio jurídico, Josué descobre todos os problemas estruturais e decide propor ação para anular o negócio jurídico.
- Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz não pode reconhecer, de ofício, a existência da decadência em favor de Mariana.
 - (B) O prazo para discutir a anulação do negócio jurídico pode ser interrompido por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação de Mariana.
 - (C) Josué pode alegar a decadência em qualquer grau de jurisdição, sendo certo que o juiz não pode suprir a alegação.
 - (D) Mariana e Josué não podem renunciar à decadência.
 - (E) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito por Mariana pode interromper a decadência.
45. O Município poderá solicitar ao cartório de registro de imóveis competente a abertura de matrícula de imóveis públicos oriundos de parcelamento do solo urbano por meio de requerimento acompanhado de planta, memorial descritivo do imóvel, comprovação de intimação dos confrontantes, dentre outros documentos.
- Acerca do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Havendo divergência nas medidas perimetrais de que resulte, ou não, alteração de área, a situação de fato implantada do bem não poderá prevalecer sobre a situação constante do registro ou da planta de parcelamento.
 - (B) Será exigido, para a transferência de domínio, formalização da doação de áreas públicas pelo loteador em todos os casos de parcelamentos urbanos realizados.
 - (C) A abertura de matrícula independe do regime jurídico do bem público.
 - (D) Na hipótese de haver área remanescente, a sua apuração não poderá ocorrer em momento posterior, devendo ser apurada imediatamente.
 - (E) O referido procedimento poderá ser adotado para abertura de matrícula de glebas municipais adquiridas por lei ou por outros meios legalmente admitidos, exceto para as terras devolutas transferidas ao Município em razão de legislação estadual ou federal.

46. Considere que João ajuizou uma ação de reparação de danos materiais em face do Município de Mogi das Cruzes, requerendo a reforma de sua residência, sob o fundamento de que obras na galeria de águas pluviais realizadas pelo ente público provocaram desestabilização do imóvel. Na petição inicial, João fez o pedido de tutela provisória de urgência para que as obras de contenção do imóvel fossem iniciadas em até 15 dias e para que o Município disponibilizasse um imóvel similar para que ele utilizasse até o fim das obras. O juiz de primeiro grau indeferiu liminarmente a tutela de urgência, sob a alegação de que não houve a demonstração do perigo de dano. Após João interpor o recurso cabível, o desembargador relator deferiu liminarmente a tutela provisória. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma vez concedida a tutela provisória pelo desembargador relator, ela apenas pode ser modificada por meio da sentença.
 - (B) O juiz de primeiro grau fundamentou o indeferimento da tutela de urgência em hipótese que não está mais presente no Código de Processo Civil.
 - (C) Se a tutela provisória for revogada, João tem responsabilidade objetiva pelos prejuízos que a efetivação da medida causou ao Município.
 - (D) Caso a sentença seja desfavorável à João, ele indenizará o Município pelos prejuízos suportados e a liquidação desta indenização será realizada em autos apartados, para não comprometer a celeridade processual.
 - (E) O desembargador relator apenas poderia ter deferido a tutela provisória após a prévia manifestação do Município, cabendo reclamação desta decisão.
47. Considere que Ítalo e Josias são, respectivamente, autor e réu em um processo que versa sobre títulos de crédito e que já está em fase de produção de provas. Mariana, que tem interesse jurídico em que a sentença seja favorável ao réu, apresentou petição requerendo intervir no processo para assisti-lo. Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) como o processo já está em fase de produção de provas, não se admite a intervenção de terceiros por meio da assistência.
 - (B) caso Josias alegue que Mariana não tem interesse jurídico para intervir, o juiz suspenderá o processo e decidirá.
 - (C) deferido o pedido de Mariana, Josias não poderá reconhecer a procedência do pedido formulado por Ítalo.
 - (D) se durante o transcorrer do processo Josias for omisso, Mariana será considerada sua substituta processual, e, se a ação for julgada procedente, o réu deverá indenizá-la em dez por cento do proveito econômico obtido.
 - (E) transitada em julgado a sentença no processo em que interveio Mariana, ela poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão se provar que pelo estado em que recebeu o processo foi impedida de produzir provas suscetíveis de influir na sentença.
48. Considere que Luan ajuizou uma ação de reparação de danos morais em face de Amanda, que foi distribuída para a 1ª Vara Cível da Comarca X e que tem Jerônimo como juiz responsável pelo julgamento da causa. Ocorre que Luan é cliente do escritório de advocacia de Luzia, esposa de Jerônimo, mas no processo de danos morais está sendo patrocinado por advogado de outro escritório. Com base na situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) Jerônimo deve se declarar suspeito e, em face do dever de transparência, precisa expressar suas razões.
 - (B) caso Amanda alegue o impedimento de Jerônimo e ele não o reconheça, deverá determinar a autuação do incidente em apartado e apresentar suas razões em 5 dias.
 - (C) se Amanda alegar a suspeição na contestação, o processo será suspenso e remetido ao tribunal, e, uma vez acolhida a alegação, o tribunal condenará o juiz nas custas e honorários advocatícios, não cabendo recurso desta decisão.
 - (D) como Luan está sendo patrocinado por advogado de outro escritório e não de Luzia, não há impedimento, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) reconhecida a suspeição de Jerônimo pelo tribunal, será decretada a anulabilidade dos atos do juiz.
49. Nos termos do Código de Processo Civil, salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo a(o)
- (A) dia útil seguinte à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso.
 - (B) quinto dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.
 - (C) dia útil seguinte à juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça.
 - (D) data do recebimento da carta com AR, quando a citação ou a intimação for pelo correio.
 - (E) quinto dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação for por edital.
50. De acordo com o Código de Processo Civil, o pedido
- (A) pode ser genérico quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
 - (B) deve ser certo e se compreendem no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
 - (C) pode ser certo ou genérico, a depender da autonomia da vontade do autor.
 - (D) pode ser cumulado com outros, independentemente de serem compatíveis entre si.
 - (E) deve ser certo, admitindo-se o pedido genérico somente nas ações universais.

51. Considere que Maurílio, advogado, atuando em causa própria, ajuizou uma ação em face do Município X, narando que no dia 01 de janeiro de 2024 foi picado por uma cobra durante uma caminhada no parque municipal, mas não fez nenhum pedido. Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) diante da falta de pedido, considera-se inepta a petição inicial e, uma vez indeferida, Maurílio poderá apelar.
 - (B) a petição inicial deve ser indeferida pelo juiz e contra essa decisão Maurílio deverá interpor agravo de instrumento em 15 dias.
 - (C) a petição inicial é inepta e será indeferida, caso Maurílio apele e a sentença seja reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do acórdão.
 - (D) verificada a inépcia da inicial, Maurílio será intimado para que no prazo de 05 dias a corrija, indicando com precisão o pedido.
 - (E) indeferida a petição inicial, Maurílio poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 15 dias, retratar-se.
52. A respeito da reconvenção, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.
- (A) Para propor a reconvenção, o réu deverá primeiro apresentar a contestação.
 - (B) Apesar de se admitir que a reconvenção seja proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro, é vedado que a reconvenção seja proposta contra o autor e terceiro.
 - (C) Na contestação, é possível que o réu proponha reconvenção para requerer pretensão própria, desde que seja conexa com a ação principal e com o fundamento da defesa.
 - (D) Se o mérito da ação não for examinado, e o processo extinto sem julgamento do mérito, a reconvenção perderá objeto.
 - (E) A desistência da ação não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
53. A respeito do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.
- (A) Se a tutela concedida em caráter antecedente não for efetivada dentro de 30 dias, cessará sua eficácia, sendo vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.
 - (B) O réu será citado para, no prazo de 15 dias úteis, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
 - (C) É vedado que o pedido principal seja formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.
 - (D) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 30 dias.
 - (E) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias úteis.
54. Considere que Maria ajuizou uma ação em face da autarquia previdenciária do Município X, requerendo sua aposentadoria por invalidez. Em sede de contestação, o procurador responsável requereu a realização de perícia médica para constatar a alegada invalidez permanente. Na decisão de saneamento do processo, o juiz nomeou perito e fixou que o laudo deverá ser entregue em 60 dias. Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) em 05 dias contados da intimação da decisão que nomeou o perito, as partes podem arguir o impedimento ou a suspeição do perito, sob pena de preclusão.
 - (B) se o juiz considerar que a perícia foi inconclusiva ou deficiente, deverá reduzir em 20% a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho do perito.
 - (C) o juiz errou ao conceder o prazo de 60 dias para o perito entregar o laudo, pois o Código de Processo Civil determina que deverá ser entregue em 30 dias.
 - (D) o juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia se a matéria não estiver suficientemente esclarecida, mas a segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra.
 - (E) se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe prorrogação pelo dobro do prazo originalmente fixado.
55. A respeito Dos Recursos, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.
- (A) O recorrente poderá, até a inclusão do processo na pauta, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso, devendo, para tanto, apresentar justificativa devidamente motivada.
 - (B) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção, se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 dias.
 - (C) No julgamento da apelação, quando o acórdão reformar a sentença que reconheceu a decadência, o tribunal deverá determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau, sob pena de supressão de instância.
 - (D) Considerando o princípio da celeridade processual, admite-se que o relator se limite a reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.
 - (E) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

56. A respeito Dos Recursos, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.
- (A) Apesar de a apelação ter efeito suspensivo, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que revoga a tutela provisória.
 - (B) A apelação devolverá ao tribunal exclusivamente o conhecimento das matérias previamente solucionadas no capítulo impugnado, sob pena de supressão de instância.
 - (C) É inadmissível a interposição de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que verse sobre o mérito do processo.
 - (D) Atualmente admite-se que o relator se limite a reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno, quando não houver mudança na relação fático-probatória.
 - (E) Opostos embargos de declaração dentro do prazo de 5 dias, possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para interposição dos demais recursos.
57. Considere que Marília ajuizou uma ação requerendo uma vaga na creche para sua filha em face do Município X. No entanto, sob a alegação da reserva do possível, o pedido foi julgado improcedente pela sentença e mantido pelo Tribunal de Justiça em julgamento da apelação. Inconformada, Marília interpôs recurso especial, o qual não foi admitido. Em face do acórdão, interpôs agravo em recurso especial, limitando-se a repetir os fundamentos do recurso especial, não impugnando especificamente os motivos constantes no acórdão que inadmitiu o recurso, o qual não foi conhecido. Da decisão monocrática da Presidência do STJ, interpôs agravo interno, repetindo os argumentos constantes no recurso especial e sem impugnar especificamente os fundamentos que levaram à inadmissão e ao não conhecimento do recurso especial. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) contra a decisão que inadmitiu o recurso especial deveria ter sido interposto agravo interno.
 - (B) o agravo interno não deve ser conhecido, e Marília condenada a pagar multa calculada sobre o valor atualizado da causa, diante da sua manifesta inadmissibilidade, já que seguidamente não atacou os fundamentos da decisão recorrida.
 - (C) se o agravo interno for conhecido e, julgado o recurso especial, for parcialmente provido, deverão ser majorados em 10% os honorários advocatícios de sucumbência, na forma do art. 85, § 11º do CPC.
 - (D) contra a decisão que não conheceu o agravo em recurso especial, deveria ter sido interposto recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) em face do constante desrespeito ao princípio da dialeticidade recursal, Marília deverá ser condenada em litigância de má-fé, que corresponderá a 20% do valor atualizado da causa.
58. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do agravo regimental contra a decisão que nega seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do STJ
- (A) não cabe sustentação oral.
 - (B) cabe sustentação oral pelo prazo improrrogável de 20 minutos.
 - (C) cabe sustentação oral, inclusive de *amicus curiae*, pelo prazo prorrogável de 15 minutos.
 - (D) admite-se a sustentação oral, desde que previamente requerida com antecedência mínima de 48 horas do julgamento.
 - (E) excepcionalmente se admite a sustentação oral pelo prazo improrrogável de 10 minutos.
59. Considere que Catarina é advogada e deseja apelar da sentença proferida pelo juízo de primeiro grau, no entanto, deixou para elaborar o recurso no penúltimo dia do prazo e o sistema eletrônico do Tribunal ficou indisponível durante todo o dia. No último dia para interposição do recurso, ela já tinha marcado compromissos e não conseguiu protocolá-lo. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) caso Catarina comprove a indisponibilidade do sistema do Tribunal, considera-se prorrogado o prazo final para interposição do recurso.
 - (B) a prorrogação do prazo processual é admitida apenas nas hipóteses em que a indisponibilidade do sistema coincida com o primeiro ou o último dia do prazo recursal.
 - (C) a indisponibilidade do sistema do tribunal apenas afetaria a contagem do prazo se tivesse ocorrido no primeiro dia do prazo recursal.
 - (D) se Catarina justificar a perda do prazo processual com atestado médico, será considerado prorrogado o término do prazo para o primeiro dia útil após o fim da licença médica.
 - (E) havendo motivo justificado, o relator da apelação poderá desconsiderar a perda do prazo processual e julgar o recurso.

60. Assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Em embargos de divergência, a mera indicação do Diário da Justiça em que publicado o acórdão paradigma atende à exigência de citação do repositório oficial de jurisprudência.
- (B) A cópia de calendário obtido na página eletrônica do tribunal de origem não pode ser considerada documento idôneo para fins de comprovação de interrupção ou suspensão de prazo processual e posterior confirmação da tempestividade do recurso.
- (C) Não é cabível agravo interno contra decisão que indefere o ingresso de terceiro na qualidade de *amicus curiae* em recurso especial representativo de controvérsia.
- (D) Argumentos em *obiter dictum* são suficientes para caracterizar divergência jurisprudencial para fins de embargos de divergência.
- (E) A oposição de embargos de divergência fundado em acórdão paradigma do mesmo órgão julgador que proferiu a decisão embargada somente é admitida quando houver a alteração de pelo menos um terço dos seus membros.

61. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei do Juizado Especial da Fazenda Pública.

- (A) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- (B) Nas causas de que trata a Lei do Juizado Especial da Fazenda Pública, não haverá reexame necessário.
- (C) Transitando em julgado a decisão, o pagamento da obrigação de pagar quantia deverá ocorrer por meio da expedição de Requisição de Pequeno Valor.
- (D) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados no âmbito do Estado em que atuam, durante cinco anos após o fim do desempenho de suas funções.
- (E) As empresas públicas vinculadas aos Municípios não podem ser parte em ações no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.

62. O princípio da anterioridade da lei, previsto no art. 1º do CP, determina que

- (A) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- (B) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores.
- (C) não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia cominação legal.
- (D) se considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (E) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

63. No que concerne à relevância da omissão para caracterização da responsabilidade penal, de acordo com o que expressamente determina o art. 13, § 2º do CP, entre outras hipóteses, o dever de agir incumbe

- (A) aos que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- (B) a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- (C) ao dono do animal, com relação aos atos causados por este.
- (D) aos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (E) ao empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.

64. O crime de dano, do art. 163 do CP, não prevê modalidade culposa. Comina pena de detenção, de um a seis meses, ou multa. No curso de ação penal, na hipótese de o Juiz concluir que o dano resultou de negligência do acusado, deve

- (A) condená-lo, tendo em vista que assumiu o risco de produzir o resultado.
- (B) condená-lo, apenas, à pena de multa correspondente.
- (C) condená-lo, apenas, à pena privativa de liberdade correspondente.
- (D) absolvê-lo com relação à pena privativa de liberdade e de multa, mas condená-lo à reparação do dano.
- (E) absolvê-lo.

65. Mediante fraude e utilizando-se de um dispositivo eletrônico conectado à rede de computadores, determinado indivíduo subtrai R\$ 5.000,00 de outro. É correto afirmar que tal conduta se caracteriza como
- (A) estelionato.
 - (B) estelionato qualificado.
 - (C) furto qualificado.
 - (D) apropriação indébita.
 - (E) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
66. Funcionário público que se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem
- (A) pratica concussão.
 - (B) pratica apropriação indébita.
 - (C) pratica excesso de exação.
 - (D) pratica uma modalidade de peculato.
 - (E) não pratica crime algum.
67. Nos crimes contra a honra, a exceção da verdade
- (A) admite-se, como regra, na calúnia.
 - (B) admite-se na calúnia, na difamação e na injúria.
 - (C) admite-se na injúria, exceto na injúria real.
 - (D) admite-se, apenas, na difamação e na injúria.
 - (E) não se admite na difamação.
68. De acordo com o art. 32 do CPP, nos crimes de ação privada, caso a parte comprove sua pobreza e queira ingressar com a respectiva ação,
- (A) o Juiz nomeará advogado para promovê-la.
 - (B) a Ordem dos Advogados do Brasil nomeará advogado para promovê-la.
 - (C) cabe ao Ministério Público representar a parte, promovendo a ação penal privada.
 - (D) a ação penal passa a ser pública condicionada à representação, hipótese em que pode ser manejada pelo Ministério Público.
 - (E) esta deve obrigatoriamente ser intentada no Juizado Especial Criminal, que é isento de custas.
69. É crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, previsto no art. 1º do DL nº 201/67:
- (A) impedir o funcionamento regular da Câmara.
 - (B) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - (C) ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei.
 - (D) nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.
 - (E) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e os atos sujeitos a essa formalidade.

SEGURIDADE SOCIAL

70. Assinale a alternativa correta acerca do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme a regência que lhe é conferida pela Lei nº 8.742/1993.
- (A) O SUAS consiste na gestão das ações nas áreas de combate à fome, organizada sob a forma de sistema centralizado e autônomo, cujo objetivo central é o de estabelecer a gestão independente de serviços e benefícios de cada ente federativo.
 - (B) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social a quem cabe normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do SUAS.
 - (C) A proteção social especial é ofertada pela rede psicossocial, de forma autônoma pelos entes públicos e pelas organizações vinculadas ao SUAS, independentemente das especificidades de cada ação.
 - (D) A proteção social básica consiste no conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, bem como a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
 - (E) É vedada a aplicação dos recursos do cofinanciamento do SUAS, quando destinados à execução das ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta dessas ações.

71. O benefício de prestação continuada, conforme assegura a Lei nº 8.742/1993, consiste na garantia do pagamento de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. No que concerne ao referido benefício, é correto afirmar que,
- (A) para fins de sua concessão, os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem são computados para os fins de cálculo da renda familiar per capita igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.
 - (B) considera-se pessoa com deficiência, para fins de sua concessão, aquela que possua impedimento de médio prazo, assim considerado o que produza efeitos pelo prazo mínimo de 5 anos e que possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em relação às outras pessoas.
 - (C) à exceção do auxílio-acidente, não pode ser cumulado com qualquer outro no âmbito da seguridade social.
 - (D) para fins de sua concessão a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, será considerado no cálculo da renda per capita igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.
 - (E) a contratação de pessoa com deficiência, na qualidade de aprendiz, não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.
72. Considerando a evolução histórica da proteção social no Brasil, o direito à aposentadoria por invalidez dos funcionários públicos que se acidentassem em serviço foi criado pela
- (A) Constituição de 1824.
 - (B) Constituição de 1891.
 - (C) Constituição de 1937.
 - (D) Constituição de 1946.
 - (E) Decreto Legislativo nº 4.682/1926 (Lei Eloy Chaves).
73. Janete, com 50 anos de idade, estava casada com Otávio havia 20 anos quando ele veio a falecer, em 2023, na qualidade de aposentado já há mais de 5 anos, recebendo na data de sua morte o valor de R\$ 2.000,00 a título do benefício. Nessa situação hipotética, sabendo que nunca tiveram filhos, é correto afirmar que Janete fará jus ao benefício da pensão por morte no valor de
- (A) R\$ 2.000,00, em caráter vitalício.
 - (B) R\$ 2.000,00, durante 20 anos.
 - (C) R\$ 1.400,00, durante 20 anos.
 - (D) R\$ 1.200,00, em caráter vitalício.
 - (E) R\$ 1.200,00, durante 15 anos.
74. No que se refere aos benefícios eventuais, determina a Lei nº 8.742/1993 que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios e na medida das disponibilidades das três esferas de governo, poderá propor a instituição de benefícios subsidiários no valor de até _____ % do salário-mínimo para cada criança de até _____ anos de idade.
- Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) 12,5 ... 3
 - (B) 12,5 ... 6
 - (C) 20,0 ... 7
 - (D) 25,0 ... 3
 - (E) 25,0 ... 6
75. Os objetivos, princípios e diretrizes da Assistência Social encontram-se especificados na Lei nº 8.742/1993. Nos termos da referida lei, um dos princípios da Assistência Social é a
- (A) habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
 - (B) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
 - (C) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - (D) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
 - (E) proteção social, visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
76. Dentre os princípios que regem a Seguridade Social, aquele que impõe a obrigação de propiciar proteção a quaisquer pessoas que, diante de situações inesperadas, são levadas a um estado de vulnerabilidade, é o princípio da
- (A) Uniformidade.
 - (B) Distributividade.
 - (C) Universalidade.
 - (D) Equivalência.
 - (E) Caráter democrático.

77. De acordo com as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 145/2004, os serviços referentes ao Atendimento Integral Institucional, à Orientação e Apoio Sociofamiliar e aos Programas de Incentivo ao Protagonismo Juvenil são, respectivamente, serviços de proteção social

- (A) básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade.
- (B) especial de alta complexidade, especial de média complexidade e básica.
- (C) básica, especial de alta complexidade e especial de alta complexidade.
- (D) básica, básica e especial de média complexidade.
- (E) especial de alta complexidade, especial de alta complexidade e especial de média complexidade.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

78. Para a definição de criança e adolescente e para considerá-los sujeitos de direitos e obrigações frente à família, à sociedade e ao Estado, na esteira do que dispõe o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, que tem como marco legal o artigo 227 da Constituição Federal, e orienta as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) é necessário que se avalie, quando necessário, a condição psíquica e biológica porque a idade, isoladamente considerada, pode não levar à segura qualificação do menor como criança ou adolescente.
- (B) o Estatuto da Criança e do Adolescente adotou metodologia principiológica que tem por objetivo impedir a tipificação de condutas praticadas por pessoa menor de 12 (doze) anos como infração penal.
- (C) o Estatuto da Criança e do Adolescente adotou critério de diferenciação para definir criança como ser humano que não atingiu a maioridade civil e penal ou foi declarado totalmente incapaz, desde que menor de 18 anos, nos termos da legislação aplicável.
- (D) ao se permitir que o maior de 18 (dezoito) anos permaneça no polo passivo de ação de execução de medida socioeducativa, o Estatuto da Criança e do Adolescente não restou adstrito ao critério cronológico absoluto.
- (E) de acordo com o artigo 2º, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, criança é pessoa com até 12 (doze) anos incompletos e adolescente aquela que tiver entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos.

79. Na medida em que as crianças e os adolescentes têm direito fundamental à liberdade, ao respeito e à dignidade, como pessoas em desenvolvimento, de acordo com as diretrizes do artigos 15 a 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) o direito à participação da vida política, na forma da lei, é um dos aspectos do direito à liberdade.
- (B) o direito ao respeito é limitado à inviolabilidade da integridade física da criança e do adolescente em garantia do seu desenvolvimento como sujeito de direitos e obrigações.
- (C) pela sua natureza, não se trata de assunto afeto à competência da sociedade civil velar pela dignidade da criança e do adolescente, a fim de colocá-los a salvo de tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- (D) ao facultar aos adolescentes que tenham entre catorze e dezoito anos de idade o direito ao voto, o artigo 16, inciso VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente busca afirmar o Brasil como Estado Democrático de Direito.
- (E) a exploração sexual atinge o direito à integridade moral da criança e do adolescente, competindo à família, responsável por evitá-la, noticiar o ato abusivo às autoridades competentes.

80. Nos artigos 60 e seguintes, do Título II, do Capítulo V, *Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, define-se a aprendizagem como:

- (A) contrato de trabalho especial, sem forma específica e por prazo determinado, pelo qual o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14(catorze) anos, com anuência de seus pais ou responsáveis, ingresso em programa de formação técnico-profissional.
- (B) contrato de trabalho especial, sem forma específica e por prazo determinado, pelo qual o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14(catorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, com anuência de seus pais ou responsáveis, ingresso em programa social.
- (C) formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.
- (D) contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, pelo qual o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (catorze) anos, ingresso em programa de formação técnico-profissional.
- (E) programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental, sem fins lucrativos.

81. Considera-se ato infracional:

- (A) a conduta, descrita como crime ou contravenção penal, praticada por adolescente.
- (B) o descumprimento de medida socioeducativa aplicada ao adolescente.
- (C) a sentença que aplica medida socioeducativa ao adolescente.
- (D) a extinção da medida socioeducativa pela realização de sua finalidade.
- (E) a medida aplicável aos pais ou responsáveis que descumprem seus deveres em relação à criança e ao adolescente sobre o qual exerçam seu poder.

82. Quanto à natureza e ao exercício das funções desenvolvidas pelos Conselheiros Tutelares, é correto afirmar:

- (A) o exercício da função de Conselheiro Tutelar constitui serviço público relevante, estabelece presunção de idoneidade moral e garante prisão especial até julgamento definitivo.
- (B) de acordo com a Lei nº 12.696/2012, os mandatos dos Conselheiros Tutelares são de 3 (três) anos, com obrigatoriedade de remuneração, sendo as eleições unificadas em âmbito nacional.
- (C) os impedimentos para o exercício das funções pelos Conselheiros Tutelares estão previstos no artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente e se estendem ao serviço de marido e mulher em distintos conselhos.
- (D) os Conselheiros Tutelares têm por função originária executar medida socioeducativa e de proteção.
- (E) por serem agentes públicos (honoríficos), os Conselheiros Tutelares estão sujeitos aos princípios da administração pública e alvos de ação por improbidade administrativa para cassação de mandato, em razão da prática de condutas previstas nos artigos 9º, 10º e 11º da Lei nº 8.429/1992.

83. O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta diretrizes que garantem o acesso de toda criança e adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, conforme dispõe os seus artigos 141 e seguintes.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custos e emolumentos, sendo vedada a arguição de litigância de má-fé.
- (B) os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.
- (C) é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- (D) qualquer notícia a respeito do fato poderá identificar a criança ou adolescente pelas iniciais do nome e sobrenome, sendo vedada, entretanto, fotografia e referência à filiação, parentesco e residência.
- (E) a expedição de cópia ou certidão de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional somente será deferida pela autoridade judiciária ou policial competente se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

84. No que diz respeito à participação do Ministério Público, o artigo 202 do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que

- (A) nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público será intimado, pessoalmente, de todas as decisões judiciais e para todos os atos processuais e terá acesso a todo local onde se encontre criança e adolescente.
- (B) nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público atuará, obrigatoriamente, na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto da Criança e do Adolescente e terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.
- (C) nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público será intimado, pessoalmente, e poderá ter vista dos autos, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para extração de cópias reprográficas necessárias ao ajuizamento de ações cíveis previstas no artigo 201 do mencionado diploma legal.
- (D) nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público será intimado, pessoalmente, e poderá fazer recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.
- (E) nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público terá ciência dos autos, antes do trânsito em julgado.

85. O artigo 241-A, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica as condutas de oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por meio do sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Quanto ao crime descrito, é correto afirmar que

- (A) as ações típicas recaem sobre registros contendo sexo explícito entre criança ou adolescente e maior de idade.
- (B) a competência para o processamento e julgamento da ação penal, independentemente do local em que se encontrem os sujeitos passivo e ativo, é da Justiça Comum Estadual.
- (C) a ação penal é pública e condicionada à representação dos pais ou representante legal do ofendido.
- (D) os incisos I e II do precitado dispositivo legal trazem duas hipóteses de forma equiparada ao *caput* ao passo que o parágrafo 2º traz condição objetiva de punibilidade a estas relacionada.
- (E) por se tratar de tipo misto alternativo, é necessária a consumação de uma das ações nucleares para a tipificação do delito.

LEGISLAÇÃO E NORMAS ESPECIAIS

86. A telessaúde, prevista na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos pacientes é assegurada a liberdade de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde, inclusive com relação à primeira consulta, atendimento ou procedimento.
- (B) É obrigatória a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde.
- (C) A prática da telessaúde deve ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente, ou de seu representante legal, e sob sua responsabilidade.
- (D) A prática da telessaúde deve seguir a determinação de prestar obediência aos ditames do Marco Civil da Internet, Lei do Ato Médico, Lei Geral de Proteção de Dados, Código de Defesa do Consumidor e, nas hipóteses cabíveis, à Lei do Prontuário Eletrônico.
- (E) Compete aos conselhos estaduais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços de telessaúde.

87. Cristina, pessoa com deficiência, foi fazer suas compras no novo supermercado da cidade e quando chegou, verificou que, dentre as cem vagas disponíveis, havia apenas uma vaga destinada para o estacionamento de veículos para transporte de pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade que estava sendo utilizada por um veículo sem identificação. Inconformada, buscou o gerente do supermercado para resolver a situação e apresentou as seguintes alegações. Assinale a alternativa que apresenta a única alegação de Cristina que está de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

- (A) Apenas nas áreas de estacionamento aberto ao público devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com qualquer deficiência.
- (B) As vagas destinadas às pessoas com deficiência devem equivaler a cinco por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.
- (C) Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características e condições de uso.
- (D) A utilização indevida das vagas destinadas às pessoas com deficiência sujeita os infratores às sanções previstas no Código Penal.
- (E) A credencial de beneficiário é vinculada à pessoa com deficiência que possui comprometimento de mobilidade e seus familiares e é válida em todo o território nacional.

88. No que diz respeito à organização da educação nacional, prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Municípios incumbir-se-ão de

- (A) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- (B) definir, com os demais Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis.
- (C) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos demais Municípios.
- (D) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (E) exercer ação redistributiva em relação às suas escolas.

89. Yolanda, pessoa idosa, necessita de uma prótese do joelho e como ato de preparação para cirurgia, necessita fazer uso de um antibiótico em dose única. Também é portadora de hipertensão arterial, que precisa ser controlada por meio de medicamento de uso continuado. Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, incumbe ao poder público fornecer gratuitamente
- (A) o antibiótico, o medicamento de uso continuado e a prótese do joelho.
 - (B) apenas o medicamento de uso continuado.
 - (C) apenas o antibiótico e o medicamento de uso continuado.
 - (D) apenas o medicamento de uso continuado e a prótese do joelho.
 - (E) o antibiótico, o medicamento de uso continuado e a prótese do joelho apenas se Yolanda comprovar não ter condições de arcar com o tratamento médico.
90. No que diz respeito à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, prevista na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2008, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz poderá determinar a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal, por prazo indeterminado.
 - (B) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando for necessário o afastamento do local de trabalho, por até três meses.
 - (C) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.
 - (D) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, exceto se os tratamentos forem realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (E) A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, mediante simples requerimento, dispensada, em razão do sigilo, a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.
91. É entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça que para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)
- (A) é necessária a configuração do casamento entre autor e vítima.
 - (B) é necessária ao menos a comprovação da existência de união estável entre autor e vítima.
 - (C) se exige ao menos haver a coabitação entre autor e vítima.
 - (D) não se exige a coabitação entre autor e vítima.
 - (E) não se exige sequer relação íntima de afeto entre autor e vítima.
92. Acerca do disposto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, assinale a alternativa correta.
- (A) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
 - (B) A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Municipal de Saúde do Município onde se localize o estabelecimento.
 - (C) A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de cinco dias, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.
 - (D) Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental ao juiz competente, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.
 - (E) Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, desde que com a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

- 93.** O Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes está organizado de modo que a matriz sobre exploração sexual está dividida em cinco eixos. Assinale a alternativa que apresenta o eixo e seu objetivo correspondente.
- (A) Prevenção – Assegurar ações preventivas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.
 - (B) Atendimento – Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção na área de enfrentamento à exploração sexual.
 - (C) Defesa e responsabilização – Garantir o atendimento integral, interinstitucional, multidisciplinar, especializado e em rede às crianças e aos adolescentes vítimas de exploração sexual e seus familiares/responsáveis legais
 - (D) Protagonismo e Mobilização Social – Revisar e atualizar o marco normativo sobre exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes, assegurar o acesso à justiça e à proteção legal, disponibilizar serviços de notificação e de responsabilização, investigar os casos e combater a impunidade.
 - (E) Estudos e Pesquisas – Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo mídia, fóruns, comissões, conselhos e outros.
- 94.** Nos termos do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- (A) A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma centralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.
 - (B) Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.
 - (C) O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.
 - (D) Considera-se população em situação de rua o grupo populacional homogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma permanente.
 - (E) Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados pelos municípios, em acordo com o pactuado e deliberado pelo Sistema Único de Assistência Social.
- 95.** De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, são competências e atribuições específicas à esfera municipal
- (A) colher informações sobre a organização e funcionamento dos sistemas, entidades e programas de atendimento e oferecer subsídios para a sua qualificação.
 - (B) estabelecer diretrizes gerais sobre a organização e funcionamento dos programas de atendimento e sobre as condições mínimas das estruturas físicas e dos recursos humanos e materiais dos programas e Unidades destinados ao cumprimento das medidas de internação e semiliberdade.
 - (C) instituir e manter processo de avaliação dos sistemas, entidades e programas de atendimento.
 - (D) criar, manter e desenvolver os programas de atendimento para a execução das medidas de semiliberdade e internação, inclusive de internação provisória.
 - (E) editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas de seu sistema.

96. Na implementação da política nacional do idoso, prevista pela Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, são competências dos órgãos e entidades públicos:
- (A) na área de saúde, incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de triagem nos atendimentos em hospitais.
 - (B) na área de educação, incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos de ensino médio.
 - (C) na área de trabalho e previdência social, criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de cinco anos antes do afastamento.
 - (D) na área de cultura, esporte e lazer, propiciar ao idoso o acesso a locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional.
 - (E) na área de promoção e assistência social, prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, unicamente mediante a participação de entidades governamentais ou não-governamentais, desde que sem fins lucrativos.
97. A Portaria MDS 898, de 12 de julho de 2023 que dispõe sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos – ADA, nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, estabelece que
- (A) os procedimentos não se aplicam no caso de atendimento aos povos e comunidades tradicionais e demais grupos populacionais específicos que não estejam em situação de emergência ou de estado de calamidade pública.
 - (B) em regra, não é necessária a relação de beneficiários se demonstrada a impossibilidade logística relacionada à situação de desastre.
 - (C) a entrega das cestas emergenciais será gratuita, não sendo permitido violar seu conteúdo, alterar, suprimir, adicionar ou ocultar as informações contidas nas embalagens.
 - (D) o servidor indicado pelo ente federativo deverá zelar pela fidedignidade das informações presentes no ateste das cestas recebidas, apenas no que diz respeito ao aspecto quantitativo.
 - (E) o ente federativo que receber cestas emergenciais deve prestar contas ao MDS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento das cestas, contendo apenas cópia do checklist de seu recebimento.
98. Nos termos da Resolução CNAS nº 119, de 4 de agosto de 2023, as equipes de referência dos serviços socioassistenciais devem elaborar relatórios informativos que tenham por objetivo abordar as ações desenvolvidas no trabalho social com famílias e indivíduos, demonstrando que as famílias e indivíduos inseridos em serviços, programas e projetos estão em construção de seu desenvolvimento e empoderamento, que ocorre de forma processual e, por vezes, não linear, sendo que tais relatórios deverão conter informações
- (A) específicas e detalhadas sobre o contexto e a situação vivenciada pela família.
 - (B) sobre se a família ou indivíduo recebe benefício socioassistencial ou transferência de renda.
 - (C) sobre o acompanhamento familiar apenas no que diz respeito ao comparecimento nos serviços, programas e projetos ofertados.
 - (D) sobre se a família ou indivíduo recebe benefício socioassistencial ou transferência de renda, bem como o valor de renda de cada indivíduo do núcleo familiar.
 - (E) acerca dos elementos sobre o Plano de Acompanhamento Familiar construído em conjunto com a família, ocultando, em razão do sigilo, as estratégias que estão sendo adotadas no decorrer do acompanhamento, bem como o compromisso de cada parte.
99. No que diz respeito às medidas protetivas de urgência à vítima de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar
- (A) a proibição do contato, desde que por meio físico, entre a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência e o agressor.
 - (B) a prisão preventiva do agressor, quando houver suficientes indícios de ameaça à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência.
 - (C) a realização da matrícula da criança ou do adolescente em instituição de educação mais próxima de seu domicílio ou do local de trabalho de seu responsável legal, ou sua transferência para instituição congênere, desde que mediante existência de vaga.
 - (D) o afastamento do agressor pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias da residência ou do local de convivência ou de coabitação.
 - (E) a inclusão da vítima e de sua família, desde que natural, nos atendimentos a que têm direito nos órgãos de assistência social.

100. De acordo com o disposto na Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017, a conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional, configura-se como violência

- (A) institucional.
- (B) psicológica.
- (C) moral.
- (D) financeira.
- (E) patrimonial.

